

ERA UMA VEZ... UM CONTO DE FADAS NUNCA CONTADO: A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS CONTOS DE FADAS

Jane Fagna dos Santos¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a contribuição dos contos de fadas, na construção do imaginário social, em torno da identidade negra e o espaço que os personagens negros ocupam, nas narrativas e os estereótipos associados aos mesmos. E a influência exercida na formação negativa destinada a determinados grupos sociais, transmitida nos contos de fadas. A pesquisa é fruto de leituras preliminares e conteúdo abordado em sala de aula, somado ao impacto no processo de ressignificação dos cabelos crespos e cacheados e sua afirmação identitária, como símbolo de representação social e resistência, numa sociedade colonizada por europeus.

Palavras-Chave: Desconstrução. Educação. Conto de fadas. Representatividade.

INTRODUÇÃO

Quando se trata de identificação negra no Brasil, é preciso lembrar que a sociedade baiana em sua maioria é negra, porém, muitas pessoas não se reconhecem de tal forma, configurando a não aceitação como negra e negros, que vai desde a rejeição do seu corpo, de suas formas e principalmente do seu cabelo. Essa ação tem base no segregacionismo escondido na ditadura da beleza, do cabelo liso, apresentando-se como principal modelo opressor na sociedade atual. Pouco mais de 130 anos após a abolição, período esse que foi negado aos negros todos os direitos, ferindo-lhes em sua humanidade. Silenciados por um

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), Alagoinhas; apresenta o trabalho supracitado como exigência da disciplina Tradição Oral e Cultura Popular, sob orientação da professora Dra. Edil Silva Costa, semestre 2020.1. E-mail: fagnasantoss@gmail.com.

grupo opressor e dominante, impositor de ideologias eurocêntricas que dita o que é belo e o que é feio, o que é ser branco e o que é ser negro subalterno.

Processo que dificulta a aceitação do ser negro. Ora, por ignorância, ora pela questão cultural atrelado ao negro. Não existe ineditismo na existência de algumas pessoas negras não se aceitarem como tal. Isso faz parte dos resquícios deturpados que se construiu e foi pregado no nosso país sobre a África e os africanos. Dificultando ainda mais essa aceitação de sua ancestralidade, algumas associações pejorativas ligando o negro a alguns atributos sobrevivem até hoje, como a ligação em ser negro e ser escravo, da mesma forma que ter cabelo crespo é sinônimo de ter cabelo ruim. Gomes (2002, p. 45) nos lembra que o que muda são apenas as variações dada aos apelidos, mas que o sentido de rebaixamento é igual. E complementa:

Alguns se referem ao cabelo como: “ninho de guacho”, “cabelo de Bombril”, “nega do cabelo duro”, “cabelo de picumã”. Apelidos que expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado à artificialidade (esponja de Bombril) ou com elementos da natureza (ninho de passarinho, teia de aranha enegrecida pela fuligem).

É sabido que a construção da identidade do sujeito é formada no meio social de sua atuação, multifacetada, inúmeros são os fatores que colaboram para sua construção. Atributos esses, que chegam até o indivíduo por meio do processo civilizatório, que o mune com informações sobre todo o contexto social em que está imbuído. Como agentes responsáveis por esse processo social estão à escola, os amigos, o relacionamento com a comunidade, os meios de comunicações da sociedade moderna, além da sua importante base familiar. São representações acompanhadas de características pessoais e cognitivas individuais e específicas que são reproduzidas e interpretadas ao longo de toda a vida nos contextos envolvidos.

Sendo assim, a falta de referências na formação do sujeito, colabora de forma negativa na identidade, no processo cotidiano da sociedade. A formação social é processo que tem início na infância e segue em construção ao longo da vida, se apropriando de experiências vividas pelos seus, como referências para novas ocasiões. Adquirindo novos saberes, aprendizagens, dando uma nova cara por sua vez ao que já possui forma. Diversos são os estudos apresentados nas últimas décadas em torno do desenvolvimento social do sujeito, a forma de transmitir os valores morais, seguidos dos conhecimentos socioculturais e suas normas éticas. A escola e os pais são os principais autores nesse processo, além dos meios de comunicação em massa, como já foi citado acima.

Neste caso, os meios de comunicações de massa como internet, televisão, rádio, revistas, jornais entre outros. Atinge a subjetividade do indivíduo internauta, leitor, telespectador e ouvinte, transformando em “consumidores potenciais” modificando suas formas de viver, suas ações comportamentais, afetando seus modos de construção na sociedade. As figuras distorcidas de personagens representantes de minorias impressos através dos meios de comunicações sejam eles radiofônicos, impressos, televisivos ou digitais, levam a uma imediata aceitação por parte da grande massa, características negativas raciais destinadas a esses grupos.

“Acreditamos que a cultura da mídia oferece a base sobre a qual muitas pessoas constroem seu senso de classe, de raça e etnia, de nacionalidade, de sexualidade; enfim, ela nos ajuda na construção de nossa identidade e na determinação do que seja o “Outro”, o diferente do que somos [...] Com referência ao negro, é preciso estar atento ao fato de que a mídia constrói identidades virtuais (ou pseudoidentidades) a partir não só da negação e do recalçamento da identidade negra, como também um saber de senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições” (FERNADES; FARIA, 2007, p. 4-8).

É preciso que estejamos atentas as subjetividades e a sutileza do racismo, logo, do racista. Como relata as autoras, é preciso observar as culturas de mídias e nos questionar sobre o que ela oferece, cria, com qual interesse é produzido essa construção de senso? Quem ganha com isso? Como é representado o outro com todas as suas crenças e cultura diferente? Quem são os representantes das mídias brasileiras? Atenta as questões como as citadas acima, é preciso lembra que a afirmação dos cabelos crespos e cacheados se transformou em símbolo de representação social e resistência, devido às constantes lutas e ações promovidas pelos movimentos negros no Brasil.

É a partir do processo de aceitação como negra(o), a transição capilar, tido como ato de extrema coragem que impulsionou o autorreconhecimento do povo negro. Esse processo despertou no negro o desejo de mudança, a aceitação da sua negritude e consentimento da sua identidade. Lody (2004) diz que: “O cabelo é um marcante indício de procedência étnica, é um dos principais elementos biotipológicos na construção da pessoa na cultura”. Mesmo sendo minoria nos espaços de representatividades e maioria em população, decorrência de um processo de negação identitária de um país onde maior parte da população sente vergonha ou medo da sua real identidade, essa gente nunca conseguiu se adequar aos espaços, nunca foi inserido em grupos de destaque, nunca foi introduzida em um contexto real. Essas ações derivam de um padrão europeu imposto na sociedade gerando uma crise de identidade cultural, na qual a elite opressora deprecia e discrimina as raízes negras sua ancestralidade transformando-os em eternos subalternos. Para Gomes (2003, p. 80),

Uma sociedade racista usa de várias estratégias para discriminar o negro. Alguns aspectos corporais, no contexto do racismo, são tomados pela cultura e recebem um tratamento discriminatório. São estratégias para retirar do negro o status de humanidade.

Talvez seja esta uma das piores maneiras de o racismo se perpetuar. Ele transforma as diferenças inscritas no corpo em marcas de inferioridade. Nesse processo são estabelecidos padrões de superioridade/inferioridade, beleza/feiura.

Um dos elementos muito usado na construção do processo de desumanização da população negra é pelas diferentes formas da construção capilar e as várias formas pejorativas de se destinar aos fios. A indústria de cosmético é um forte propagador dessa estratégia discriminatória e de inferiorização da população negra. Mas, ela nunca esteve sozinha, junto a uma estrutura gigantesca se faz presente no fortalecimento do racismo no Brasil.

CONTOS DE FADAS E OS PERSONAGENS NEGROS

A literatura infantil assim como a literatura oral, começa a tomar forma quando a criança é reconhecida como é, e não mais como um mero “adulto jovem”. Seu início é marcado por Perrault, entre os anos 1628 e 1703, com publicações de alguns clássicos como: Mãe Gansa, O gato de Botas, Gata borralheira, Cinderela, A barba azul, entre outras. Jovino (2006, p. 182) destaca “[...] o fato de nos serem dados a conhecer a literatura sempre a partir de um referencial europeu”. Pois muitos dos textos infantis que nos chegam são adaptações de contos de fadas como Branca de Neve, Bela adormecida e entre outras.

Protagonista de importância, a literatura infantil contribui de forma substancial no processo educacional das crianças, com base nesse conhecimento, trabalhou-se de forma eficaz no desenvolvimento imaginário, no aprendizado lúdico através de figuras, aguçando a curiosidade para que novas descobertas aconteçam, impulsionando novos leitores a ampliar a compreensão do mundo e principalmente de si. Narrativas que em sua maioria não são produzidos por crianças, mesmo sendo direcionados para o público infantil, comumente seus escritores são pessoas adultas.

Portanto, é preciso refletir acerca da reprodução dessas obras tornarem-se necessária, na descoberta da existência de uma representação étnico-racial de forma verdadeiramente positiva, na promoção de uma leitura crítica e não apenas a repetições de padrões, fomentações de preconceitos e estigmas sociais originários da bagagem cultural de cada um, preservando assim, os fortes traços da cultura europeia dominante. Faz-se necessária a representatividade de forma positivamente igualitária dos grupos sociais que são colocados às margens da sociedade, grupos conhecidos como minorias, não por sua quantidade, e sim, por sua representação nos espaços públicos. Isso se dá, pela influência na construção do imaginário infantil, encontrado nos contos de fadas e a força que cada um de seus papéis carrega na formação da personalidade.

Um espaço de significações, aberto às emoções, ao sonho e à imaginação, funcionando como caminho para que a criança pense a sua condição social, seu pertencimento, fazendo emergir conflitos e valores que, de outra maneira, talvez não fosse possível expressá-los e representá-los (COUTO; CAMPOS, 2009, p. 2).

São linhas imaginárias que perpassam os sentidos imaginários da criança, trabalhando uma produção inalcançável para muitos. Contudo, só no início do século XX que a Literatura Infantil surge, no Brasil. Nomes como Teles de Andrade, Coelho Neto, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, entre outros nomes. É importante lembrar que no período colonial o uso de livros era proibido. A escolarização no Brasil se deu na maior parte em fazendas e engenhos, com a contratação de pessoas letradas e a ajuda de padres para esse fim. As mulheres e os escravizados eram proibidos de frequentar escolas, por acreditar não existir necessidade educacional para esses grupos.

Muitas das publicações eram em edições portuguesas, suas inspirações todas eram baseadas na cultura europeia. Na produção literária brasileira do século XX já havia uma

preocupação com a nacionalização da produção. Os textos em sua maioria abordavam o país do ponto ufanista, as grandezas de nossas terras e claramente evidenciavam a cultura europeizada (GOUVÊA, 2005). Surgem também, os romances ligeiros, as publicações de revistas femininas e os livros didáticos para criança. Período esse que Gouvêa (2005) denomina como “século da criança” no qual se começa a pensar na possibilidade de existir a diferenciação da produção destinada ao público infantil e adulto. Gouvêa (2005, p. 81) define a literatura Infantil “[...] pela formulação e transmissão de visões de mundo, assim como modelos de gostos, ações, comportamentos a serem reproduzidos pelo leitor”.

Assim, conhecer e analisar o uso da literatura infantil em nosso país, partindo de um processo formal a partir da educação infantil até chegar ao início do Ensino Fundamental, é um cuidado a ser tomado, os livros usados nessa fase são de origem europeia, ainda hoje. Os contos de fadas são um exemplo disso, seus personagens com aspectos físicos majoritariamente brancos, referência cada vez mais a beleza clássica eurocêntrica. Alguns exemplos são muitos evidentes, nos saltam os olhos, como a representação da Cinderela com todos os traços finos, cabelos longos, lisos, loiros, corpo esbelto, fomenta uma cultura que não é a nossa. Já o príncipe é sempre retratado por um jovem alto, forte, branco, olho azul, muito bem educado, com trajes finos e, rico. Princesas, fadas, príncipes e mocinha, são modelos da raça ariana. Vale lembrar que nos dias atuais existe uma larga produção na literatura voltada para o público infantil a fim de revisar esses modelos, mas o Brasil parece insistir em tempos coloniais.

Fruto dessa subjetividade excludente, a sociedade brasileira e sua imensa diversidade fenotípica, que apesar de toda admiração pelas imagens que lhes são apresentadas comumente sem pretensão, além das crianças não se reconhecerem nos seus

protagonistas, ainda internaliza a subjetividade de feiura, mesmo que não perceba o processo. São enredos onde a figura do negro/a sempre vive em representações coadjuvantes, subalternizados, no caso de serem incluídos/as. Sobre isso, Silva (2014, p. 80) nos lembra,

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização de identidade e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger — arbitrariamente — uma identidade específica como parâmetros em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.

É na sutil arte de eleger uma identidade como bela, perfeita, que os dominantes construíram a inferioridade da população negra. Normalizando a presença do negro nas artes e nos demais meios e espaços como o subalternizado, o Brasil segue fomentando preconceitos e estereotipando os seus.

A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS

Com a implementação da lei n. 10.639/2003 possibilitou o Movimento Negro em todo o país, contar com as ações afirmativas e políticas de reparação de reconhecimento e valorização. As redes sociais foram e continuarão sendo uma das principais ferramentas para a disseminação das ações e pautas dos movimentos, contribuindo assim, para que em todo país e porque não dizer no mundo, milhares de mulheres tivessem a coragem de se reconhecer fazendo parte de uma negritude até então negada, assumir seus cabelos crespo, aprendendo a gostar da imagem que via no espelho, adotando assim, suas raízes, sua identidade cultural, sua ancestralidade.

Pensando no contexto educacional, onde o ambiente escolar é voltado para levantar os debates que valorizem a

desigualdade existente em nossa sociedade, em sala de aula. É preciso lembrar o apagamento histórico do povo negro que a escola teve sua parcela de contribuição em suas práticas de ensino até hoje, é notável também a urgência de uma educação humanizadora, que consiga combater os preconceitos criados e difundidos ao longo do tempo na sociedade.

A escola e todo o seu poderio estruturante é capaz de difundir ou neutralizar qualquer tipo de preconceito e discriminação, de todo e qualquer teor. Continuar usando abordagens pejorativas destinadas a determinados grupos sociais, ao invés de trabalhar no combate ao preconceito com o diferente, em sala de aula é fomentar o eurocentrismo e a desigualdade existente em nosso país. Assim, um dos grandes aliados na promoção e desconstrução dos conceitos implantados como verdade totalitária, configurando o consciente de uma nação como padrões que ditam até mesmo a forma de manter em sociedade, ainda são suas práticas pedagógicas de letramento.

Para padrões que são infiltrados e estabelecidos como verdade absoluta no inconsciente, Silva (2000, p. 83) define “normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis em relação às quais outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única”. As representações preconceituosas e suas influências exercem um poder devastador sobre a psique da criança negra, perpetuando a forma de se ver negativamente. Essa psique existe dentro de um corpo, que sofre ataques rotineiramente o tempo todo, e isso acontece de diversas formas, os apelidos pejorativos e xingamentos são os mais conhecidos, mas são seguidos pelas brincadeiras que somente um dos brincantes rirem, até chegar às chacotas e por fim, agressões físicas.

Demarcado por seus traços físicos, os ataques ao corpo negro é uma constante imutável, isso fica visível quando uma

sociedade tida como “branca” fixa seus valores como únicos, invalidando os demais. Tornando impossível conviver com uma aparência que é visto pelo outro como feio, com um cabelo que é tido como “ruim”, sem falar nos demais atributos corporais como o nariz que é proferido como nariz de barraca e os lábios que por sua vez é tido como beijo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, concluo que é preciso uma mudança de percepção e forma de agir da escola, dos profissionais de educação, na inclusão da Lei n. 10.639/2003, na substituição das literaturas eurocêntricas por uma educação inclusiva, onde o aluno brasileiro pudesse se perceber nos livros didáticos, fosse inserido nos contos de fadas, em toda oralidade existente no educar. Transformando assim, a sociedade com base na desconstrução de práticas racistas, ressignificação dos saberes identitários existentes, na garantia de novas práticas pedagógicas, no compartilhar experiências de educadoras(es) e educandas(os), na promoção da igualdade racial na escola e, na cultura do povo negro. Contribuindo na construção de um referencial social para os grupos marginalizados.

Trabalhar com as diferenças não é fácil, mas é necessário avançarmos, compreender os nossos, a manifestação da nossa diversidade e os entraves histórico-culturais. Ampliando assim, uma educação que agregue as questões étnico-raciais, aprofundando na discussão das desigualdades e diferenças raciais. Para isso, é de relevância extrema que o profissional de educação com o apoio da instituição utilize obras em sala de aula, onde os textos literários tenham efetiva participação e protagonismo negro nas histórias, possibilitando aos educadoras/es o reconhecimento do seu grupo étnico, da sua realidade, dos seus ancestrais. A partir dos exemplos trazidos acima, é inaceitável que as escolhas da escola não respeitem a diversidade étnico-racial e,

que mesmo no século XXI, ainda contribua para uma proposta pedagógica racista, conservando estereótipos e padrões europeus e desvalorizando a diversidade existente em nosso país, referente ao aspecto racial e cultural.

REFERÊNCIAS

COUTO, M. E. S., CAMPOS, G. V. *Os Contos de Fadas: a Leitura e a Construção do Imaginário Infantil*, Universidade Estadual de Santa Cruz/UECS, CONLIRE, 2009. Disponível em: www.uesc.br/eventos/iconlireanais/iconlire_anais/anais-29.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

FARIA, M. C. B., FERNANDES, D. A. Representação da identidade negra na telenovela brasileira. ECompós — *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Agosto, 2007.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo de identidade negra*. Belo Horizonte. Autentica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23. 2003.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na Literatura infantil brasileira: análise historiográfica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 60-89, jan./abr. 2005.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura Infanto-Juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré. *Literatura afro-brasileira*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

LODY, R. G. da M. *Cabelos de Axé: Identidade e resistência*. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, 2014.